



A ruminação filosófica no contexto da inteligência artificial: governamentalidade algorítmica, educação e resistência

Alianna Cardoso Vançan, Alécio Donizete

RESUMO

Este artigo analisa como os sistemas algorítmicos e as infraestruturas de inteligência artificial reconfiguram processos de subjetivação, racionalidades educativas e regimes de verdade no contexto do neoliberalismo digital. A hipótese é de que o ensino de filosofia, enquanto prática de liberdade, pode desempenhar papel central na formação crítica perante os limites éticos, políticos e existenciais da IA. Ancorada no conceito foucaultiano de governamentalidade e na noção de governamentalidade algorítmica, a investigação compreende Inteligência Artificial como tecnologia de poder que opera pela antecipação, mensuração e modulação das condutas, incidindo diretamente sobre a formação da subjetividade e sobre o campo educacional. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa crítica de caráter genealógico, articulando a crítica foucaultiana dos dispositivos de poder à filosofia de Nietzsche, especialmente à noção de ruminação, entendida como prática formativa de resistência à aceleração cognitiva e ao pensamento automatizado. A partir desse diálogo, o artigo sustenta que o ensino de filosofia pode constituir um espaço ético-formativo de resistência às lógicas performativas intensificadas pelas tecnologias algorítmicas. Em perspectiva decolonial, tensiona-se os saberes digitocráticos hegemônicos no âmbito das epistemologias insurgentes e práticas educomunitárias situadas no Sul Global. Fica clara a necessidade de uma educação crítica capaz de habitar o digital sem reproduzir a colonialidade do poder.

Palavras-chave: Governamentalidade Algorítmica; Decolonialidade; Inteligência Artificial; Ensino de Filosofia

1. INTRODUÇÃO

A ascensão da inteligência artificial (IA) e a expansão dos sistemas algorítmicos inauguram uma nova etapa na regulação da vida social e psíquica como um todo. Este fenômeno pode ser pensado a partir do conceito foucaultiano de governamentalidade, entendido como o conjunto de instituições, procedimentos, cálculos e táticas que possibilitam o exercício de uma forma complexa de poder voltada à condução das condutas (Foucault, 2008, p. 143–144). Na vigência de um neoliberalismo digital essa racionalidade se materializa por meio de infraestruturas que instauram modos inéditos de gestão da vida, nos quais o poder não atua apenas de forma repressiva, mas produz subjetividades, campos de saber e regimes de verdade (Foucault, 2014). Tal racionalidade assume contornos específicos por meio do que Rouvroy (2013; Rouvroy e Berns, 2010) denominam “governamentalidade algorítmica”, caracterizada pela coleta massiva de dados, pela antecipação de comportamentos e pela modulação da experiência subjetiva. E conforme analisa Zuboff (2019), o capitalismo de vigilância transforma a experiência humana em matéria-prima gratuita para processos de extração, previsão e comercialização, tensionando categorias centrais da filosofia, da psicologia e do direito, como autonomia, subjetividade e liberdade da vontade.

Essas formas renovadas de poder incidem diretamente sobre o campo educacional, intensificando lógicas performativas, métricas de avaliação contínua e pedagogias técnicas orientadas pela eficiência e pela previsibilidade. Diante desse cenário, o presente artigo considera os impactos da governamentalidade algorítmica sobre o ensino de filosofia, defendendo uma abordagem decolonial da IA que confronte os saberes “digitocráticos”, ancorados em racionalidades neoliberais, com os saberes dos povos originários e tradicionais da América Latina, sustentados por modos de vida pluriversais e territorialmente enraizados (Gimovski e De Oliveira, 2024) a partir de uma perspectiva decolonial, ou seja, uma filosofia insurgente. Tal confronto não se configura como oposição binária, mas como abertura a insurgências epistêmicas (Dos Santos, 2025) e à ressignificação do digital por meio de práticas educomunitárias (Soares, 2011) e decoloniais (Hetkowski e De Carvalho Santos, 2022).

Assim, aos diversos problemas históricos – agravados na última década – impostos o ensino (curricular) de filosofia, somam-se os desafios trazidos pela disseminação das IAs. Nesse horizonte, mobiliza-se o diálogo entre Foucault – noção de governamentalidade¹ – e Nietzsche,

¹ O conceito de governamentalidade ganha dois sentidos em Foucault: um político, ligado ao governo e às práticas políticas e um sentido ético político, trabalhado pelo autor em *História da Sexualidade* (1984) – O uso dos prazeres e O cuidado de si, e nos cursos *A hermenêutica do sujeito* (1981-1982), *O governo de si e dos outros* (1982-1983) e *O governo de si e dos outros: A coragem da verdade* (1983-1984). (BARROS, Igor Corrêa de. A emergência da população como problema político: o conceito de governamentalidade em Michel Foucault. **Existência e Arte–Revista Eletrônica do Grupo PET–Ciências Humanas, Estética da Universidade Federal de São João Del-Rei, São João del Rei, ano XI, n. XI**, 2018.) Aqui adotamos ambos os sentidos, em diversos contextos

especialmente elementos de sua “psicologia da moral” (KGW IX 5, 173), que evidencia como sistemas normativos moldam subjetividades. Frente a isso, a noção de “ruminação” é retomada como gesto filosófico que se opõe à aceleração cognitiva e ao pensamento maquínico, reafirmando a filosofia como espaço de suspensão, crítica e formação ética.

O ponto central, aqui, consiste em compreender de que modo o ensino de filosofia pode resistir à lógica performativa intensificada pela IA e pelas pedagogias técnicas contemporâneas num contexto em que a própria presença curricular da filosofia é constantemente ameaçada. Parte-se da hipótese de que, articulado à crítica foucaultiana da governamentalidade e à perspectiva nietzschiana da ruminação, o ensino de filosofia pode constituir um espaço ético-formativo de resistência. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa crítica que, conforme Denzin e Lincoln (apud Martínez, 2012), situa o pesquisador no mundo por meio de práticas interpretativas, permitindo analisar a IA sob uma chave filosófico-educacional e propor estratégias didáticas de resistência às racionalidades algorítmicas.

2. RAZÕES METODOLÓGICAS

Para muitos a própria Filosofia é uma metodologia. Um modo de perceber, ver, sentir o mundo ou um modo (talvez) de transformá-lo. Daí a importância ímpar dada ao modo como se ensina filosofia. Pois, seu conteúdo e seu método se equiparam. Quanto a este trabalho, especificamente, adotamos, a abordagem qualitativa de caráter crítico-interpretativo, orientada pela compreensão da inteligência artificial e de seus impactos educacionais como fenômeno sociotécnico, histórico e discursivo, atravessado por relações de poder, saber e subjetivação. Tal escolha metodológica justifica-se pelo fato de que o objeto investigado, no caso, a governamentalidade algorítmica e suas implicações para o ensino de Filosofia, não pode ser apreendido adequadamente por métodos quantitativos ou descritivos, exigindo, antes, uma análise reflexiva das racionalidades, discursos e práticas que o constituem.

Inspirada nos pressupostos da pesquisa qualitativa crítica, conforme sistematizada por Denzin e Lincoln (2006), a investigação compreende o pesquisador como sujeito situado, implicado historicamente e politicamente no campo que analisa. Nesse sentido, a pesquisa não busca neutralidade epistemológica, mas assume um posicionamento crítico diante das tecnologias emergentes, interrogando seus efeitos na formação da subjetividade, na produção de saberes e na organização das práticas educativas. Conforme destaca Martínez (2012), a pesquisa qualitativa crítica opera por meio de práticas interpretativas que visam desvelar estruturas de poder, ideologias naturalizadas e regimes de verdade que orientam os fenômenos sociais.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o estudo articula três eixos principais. O primeiro consiste em uma análise conceitual e filosófica da inteligência artificial a partir da noção foucaultiana de governamentalidade, com especial atenção à categoria de governamentalidade algorítmica (Foucault, 2008; Rouvroy e Berns, 2010). Esse eixo permite examinar a IA como tecnologia de poder que opera pela antecipação, modulação e condução das condutas, produzindo efeitos normativos no campo educacional.

O segundo eixo metodológico corresponde a uma análise crítico-discursiva dos impactos das tecnologias algorítmicas sobre o ensino de Filosofia, considerando documentos acadêmicos, produções teóricas recentes e debates educacionais contemporâneos. Tal procedimento aproxima-se da perspectiva genealógica foucaultiana, na medida em que busca compreender como determinados discursos sobre eficiência, inovação e desempenho se consolidam como verdades pedagógicas, marginalizando práticas reflexivas e críticas.

O terceiro eixo fundamenta-se na filosofia de Nietzsche, especialmente na noção de ruminação, mobilizada aqui como categoria analítico-pedagógica. A ruminação é compreendida metodologicamente como exercício interpretativo que resiste à aceleração cognitiva e ao automatismo do pensamento, funcionando como contraponto crítico às lógicas produtivistas e performáticas intensificadas pela IA (Hardt, 2013). Assim, a metodologia não se limita à análise externa do fenômeno, mas incorpora a própria ruminação filosófica como atitude investigativa, orientando a leitura, a interpretação e a problematização dos textos e conceitos mobilizados.

Desse modo, ao articular análise conceitual, crítica discursiva e reflexão filosófica, avançamos do plano teórico-metodológico para a problematização dos efeitos concretos da inteligência artificial no campo educacional. O percurso empreendido fornece os instrumentos analíticos necessários para examinar como as racionalidades algorítmicas se infiltram nas práticas pedagógicas, nos discursos sobre inovação e nos modos de subjetivação produzidos no ambiente escolar. Assim, mais do que um exercício descritivo, a análise abre espaço para uma discussão crítica acerca das tensões entre automatização e autonomia, eficiência técnica e formação ética, evidenciando os desafios e as possibilidades do ensino de Filosofia diante da expansão das tecnologias emergentes. É a partir desse enquadramento que se desenvolve a discussão a seguir, voltada a interpretar os achados teóricos à luz dos referenciais mobilizados e a antecipar os sentidos formativos e políticos que deles decorrem.

3. DESENVOLVIMENTO DAS IAs E CONJUNTURA EDUCACIONAL

A inteligência artificial, frequentemente apresentada sob a aparência de neutralidade e eficiência, expressa uma continuidade da colonialidade do poder descrita por Quijano. Segundo o autor, essa estrutura se organiza em quatro domínios inter-relacionados: o controle da economia, da autoridade, do gênero/sexualidade, e do conhecimento/subjetividade (Quijano, 2000 apud Vançan, 2022, p. 222). Os algoritmos não são neutros: incorporam e reproduzem hierarquias históricas de classificação e exclusão, convertendo corpos e territórios em dados e reafirmando relações coloniais de poder.

Como destaca Tello (2023, p. 91), o colonialismo sempre se apoiou em inovações tecnológicas para expandir seus domínios, e, no século XXI, essa lógica se atualiza nas tecnologias digitais. Desse modo, “as novas tecnologias da informação e comunicação, incluindo os sistemas de IA, inseridos em um cenário de dominação colonial do Norte global, representado pelas grandes big techs” (De Oliveira Fornasier e Brun, 2024), perpetuam formas de discriminação e exploração típicas da modernidade. Assim, se não há modernidade sem colonialidade, tampouco há modernidades globais sem colonialidades globais (Vançan, 2022, p. 221).

Frantz Fanon (2005), ao denunciar a desumanização do colonizado, antecipa a violência epistêmica presente na governamentalidade algorítmica. Se antes o colonizado era fixado em estereótipos raciais, hoje é reduzido a perfis e previsões de dados (Fraley e Raftery, 2002). Como observa Vançan, ao retomar Fanon, “a violência é inerente a todo sistema colonial, constituindo-se como fundamento da relação entre colonizador e colonizado” (Vançan, 2022, p. 217). Essa lógica se atualiza no meio digital, onde o sujeito é reconhecido não em sua densidade existencial, mas naquilo que pode ser mensurado e governado, o algoritmo torna-se, assim, a máscara contemporânea do velho colonialismo.

Nesse cenário, a IA, ao universalizar o inglês técnico e padrões eurocêntricos, reforça o apagamento das multiplicidades linguísticas e culturais das Américas negras e indígenas, numa atualização sutil do racismo estrutural (Ribeiro, 2019). Assim como a ciência moderna apagou diferenças em nome da objetividade, o algoritmo apaga singularidades em nome da precisão estatística. Questionar esse movimento é essencial para denunciar a cultura hegemônica e excludente reproduzida no digital. Diante da governamentalidade algorítmica, não se trata apenas de criticar a IA como técnica, mas de reconhecê-la como máquina colonial a ser enfrentada com ferramentas epistêmicas insurgentes. A crítica ao colonialismo digital, portanto, não implica rejeitar a tecnologia, mas descolonizar a economia do conhecimento imposta pelas *Big Techs* (Tello, 2023).

Ademais, as novas tecnologias da informação e comunicação, incluindo os sistemas de inteligência artificial, por estarem inseridas em um contexto de dominação colonial, acabam por reproduzir

formas de discriminação, racismo e exploração capitalista típicas da modernidade. Além disso, promovem a extração abusiva de dados pessoais, dando origem a debates regulatórios pautados por parâmetros unilaterais e excludentes. Tal cenário evidencia a urgência de projetos decoloniais, como, por exemplo, o giro decolonial proposto por Maldonado-Torres ainda na Era pré-digital (De Oliveira Fornasier e Brun, 2024).

Isto porque a raça e o racismo, ambos enraizados na estrutura de poder da colonialidade, já se encontram incorporados nas ferramentas que compõem a revolução 4.0 como a inteligência artificial, os dados e o meio digital (Siapera, 2021, apud De Oliveira Fornasier e Brun, 2024, 2024, p. 380). Esses elementos constituem os fundamentos do que se denomina colonialismo digital, conceito trabalhado por Faustino e Lippold (2023, apud De Oliveira Fornasier e Brun, 2024, p. 381). Para eles as revoluções tecnológicas das últimas décadas emergem de relações capitalistas de produção, nas quais o colonialismo e o racismo desempenham papel estruturante. “Não há capitalismo sem colonialismo e, por sua vez, não há colonialismo sem racismo [...]” (Faustino e Lippold, 2023, apud De Oliveira Fornasier e Brun, 2024, p. 382). A possibilidade de transformação desse ambiente de dominação colonial depende, segundo Maldonado-Torres (2020, apud De Oliveira Fornasier e Brun, 2024, p. 383), de uma atitude decolonial que, por meio do embate e da resistência, seja capaz de se afastar da modernidade/colonialidade.

Tal atitude implica compreender a decolonialidade como um projeto coletivo e contínuo, sustentado por giros decoloniais que modificam os elementos fundamentais do ser, do saber e do poder (De Oliveira Fornasier e Brun, 2024). E se os algoritmos não são meros códigos, mas infraestruturas epistêmicas (Chen, 2025) que moldam a forma como vemos, classificamos e governamos o mundo, experiencia-se a nova cartografia colonial, onde cada dado equivale a um território explorado. Conforme Chen (2025, p. 2), “estas infraestruturas estão a ser fundamentalmente remodeladas, impactando as práticas epistêmicas, a agência e a natureza da criação, disseminação e preservação do conhecimento” (Coeckelbergh, 2022; Pavlik, 2023) (tradução livre).

Diante da intensificação das racionalidades algorítmicas que operam segundo lógicas de aceleração, previsibilidade e performatividade, o ensino de filosofia emerge como um campo privilegiado de resistência epistemológica e política. Tal resistência assume um caráter decolonial na medida em que confronta os saberes digitocráticos orientados por métricas algorítmicas e racionalidades neoliberais com epistemologias pluriversais, territorializadas e historicamente silenciadas (Gimovski e De Oliveira, 2024). Nessa perspectiva, a noção nietzschiana de *ruminação* adquire centralidade pedagógica, ao instituir uma temporalidade do pensamento incompatível com a lógica colonial do desempenho e da eficiência técnica. Ruminar implica desacelerar, retornar e aprofundar, produzindo fissuras nos regimes de verdade que naturalizam a captura algorítmica da subjetividade.

Tal gesto aproxima-se das insurgências epistêmicas descritas por Dos Santos (2025), ao afirmar formas de conhecimento que resistem à homogeneização cognitiva e à colonialidade do saber. Além disso, ao articular-se com práticas educomunitárias voltadas à participação crítica e à produção coletiva de sentido (Soares, 2011), o ensino de filosofia reposicionaria o digital não como instrumento de controle, mas como espaço possível de ressignificação pedagógica. Assim, o ruminar filosófico configura-se como prática ético-formativa decolonial, capaz de reorientar a educação frente às racionalidades algorítmicas e de reinstaurar a filosofia como exercício de autonomia, alteridade e crítica radical. É preciso enfatizar que a ruminação filosófica exige do ensino de Filosofia mais reflexão que informação, mais participação do estudante que exposição vazia, mais ética que *História da filosofia*. Enfim, junto à discussão sobre conteúdo filosófico sempre deve estar aquela sobre a metodologia.

Para avançar nesse debate, seria preciso aprofundar os elementos conceituais e críticos que ajudam a compreender a complexidade da inteligência artificial no campo educacional. O diálogo entre filosofia, tecnologia e práticas formativas permite examinar como as IAs, especialmente as generativas, tensionam modos de pensar, produzir e legitimar saberes. Nesse movimento, são imprescindíveis as contribuições da Filosofia, que devem esclarecer valores, problematizar usos e indicar limites éticos, bem como provocar (ao modo nietzschiano) a ruminação e a criação de outros sentidos. Esses referenciais orientariam a análise e fundamentariam a reflexão sobre o papel da educação nas transformações contemporâneas. De todo modo, torna-se urgente examinar criticamente os impactos da IA na educação, cada vez mais mediada por métricas, algoritmos e modelos preditivos. Nesse contexto, o ensino de filosofia constitui um espaço privilegiado de resistência teórica e formativa.

3.1 Filosofia, Educação e Tecnologias Emergentes

Foucault (2014, p. 135) enfatiza que o poder não é apenas repressão, mas também produção de realidades e “rituais de verdade”. Assim, a digitalização massiva cria dispositivos de vigilância, mas também sistemas de produção de saberes, perfis comportamentais e previsões que orientam políticas públicas e decisões privadas. Rouvroy e Berns (2010) denominam esse processo de governamentalidade algorítmica, marcada pela antecipação estatística de padrões. No interior do neoliberalismo digital (Zuboff, 2019), dados pessoais tornam-se matéria-prima de um modelo econômico que visa prever e influenciar condutas. Para Zuboff (2019), trata-se de um regime que, além de observar, busca conhecer e moldar o sujeito, tensionando conceitos como autonomia, subjetividade e livre-arbítrio. Estes últimos, sempre muito caros às preocupações dos filósofos.

Mas, mesmo antes da expansão das IAs, o ensino de filosofia na educação básica já enfrentava riscos de marginalização curricular, como apontam Rodrigues e Gelamo (2021). Os movimentos de retirada e reinserção da disciplina evidenciam sua permanente vulnerabilidade frente a racionalidades tecnocráticas que privilegiam competências operacionais em detrimento da formação crítica. Com a difusão acelerada das IAs generativas (IAGs), esse tensionamento se intensifica: tais tecnologias transformam modos de produção do conhecimento, criação de conteúdo e tomada de decisão, alterando, como observa Lima (2025), as condições culturais, cognitivas e sociais do aprender, ao dissolver fronteiras entre humano e maquínico.

Nesse cenário híbrido, em que dados, modelos computacionais e sistemas decisórios se articulam, a Filosofia precisa preservar sua relevância. Seu repertório conceitual, ontológico, axiológico, político e estético (Lima, 2025), deveria oferecer ferramentas para analisar criticamente as implicações éticas, epistêmicas e políticas das tecnologias emergentes e orientar seu uso responsável no contexto educativo. Ocorre que antes de se deparar com sua nobre tarefa, a filosofia e seu ensino têm lutado por coisas mais elementares, como a presença no currículo, por exemplo. Uma vez presente, os desafios são outros: passar das genéricas informações históricas à discussão de problemas filosóficos, do mero breviário de autores e ideias à reflexão sobre a ética na contemporaneidade. Seja como for, com mais ou menos dificuldades, os professores de filosofia não podem passar ao largo das demandas ativadas pela inteligência artificial. E mais que interpretar a IA, a Filosofia deveria contribuir para situar o humano diante das transformações tecnológicas, preservando sua autonomia frente ao crescente poder dos sistemas algorítmicos.

3.2. Ruminação Nietzscheana: Resistência ao Pensamento Maquínico

É nesse ponto que a filosofia de Nietzsche se torna especialmente fecunda. Conforme argumenta Hardt (2013), o ato de ruminar (central na metodologia nietzscheana) designa um modo de pensar que exige tempo, lentidão, maturação e profundidade. Ruminar é permitir que ideias e experiências se assentem, criando condições para interpretações singulares e não totalizantes. Em contraste, o ritmo acelerado da cultura digital, intensificado pela IA, favorece respostas rápidas, soluções automáticas e fluxos contínuos de informação. A ruminação, portanto, constitui um gesto de resistência: uma recusa ativa ao automatismo cognitivo. Trata-se de reivindicar tempos e espaços de reflexão que escapem da lógica performática e produtivista dominante.

No âmbito educacional, promover a ruminação significa estimular a interpretação lenta e cuidadosa; a crítica fundamentada; a formação de juízos próprios; a invenção de perspectivas singulares (Hardt, 2013); o questionamento de padrões e algoritmos (Lima, 2025). Essas práticas superam a

reprodução de respostas que a IA é capaz de produzir com eficiência e restauram a dimensão propriamente filosófica do pensar.

3.3. O Ensino de Filosofia como Espaço de Resistência e Formação Ética

À luz das análises anteriores, o ensino de filosofia configura-se como espaço privilegiado de resistência à racionalidade algorítmica. Ao articular a crítica foucaultiana da governamentalidade com a metodologia nietzschiana da ruminação, torna-se possível recuperar a autonomia do pensamento em um cenário tecnocultural marcado por automatismos.

Parte-se, assim, da hipótese de que a filosofia, quando orientada pela ruminação, pode mitigar os efeitos do pensamento maquínico na escola, formando sujeitos críticos capazes de tensionar verdades produzidas por sistemas algorítmicos. Mais que disciplina, ela opera como prática de liberdade, permitindo que alunos e professores habitem o mundo digital de modo consciente, reconhecendo seus riscos, potências e limites.

4. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E FILOSOFIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A ascensão da inteligência artificial (IA) e a crescente centralidade dos sistemas algorítmicos configuram uma inflexão histórica nos modos de regulação da vida social, política e psíquica. Trata-se de uma mutação das formas de poder que pode ser compreendida, com fecundidade teórica, a partir do conceito foucaultiano de governamentalidade, entendido como o conjunto de instituições, saberes, técnicas e estratégias orientadas à condução das condutas individuais e coletivas (Foucault, 2008). No contexto contemporâneo, essa racionalidade não opera apenas por meio de dispositivos disciplinares ou jurídicos, mas se materializa em infraestruturas digitais capazes de monitorar, classificar, antecipar e orientar comportamentos em escala massiva, instaurando regimes inéditos de gestão da vida e da subjetividade.

No interior do neoliberalismo digital, tal como analisado por Zuboff (2019), consolida-se um modelo econômico-político no qual a experiência humana é sistematicamente capturada, transformada em dados e convertida em insumo para processos de previsão, modulação e intervenção sobre as condutas. É nesse contexto que Rouvroy (2013) identifica a emergência da governamentalidade algorítmica, caracterizada pela antecipação estatística de comportamentos e pela substituição progressiva do juízo reflexivo por correlações automatizadas. Diferentemente das formas clássicas de vigilância, esse regime de poder não se limita a observar ou normatizar, mas opera de maneira preemptiva, intervindo antes mesmo da deliberação consciente do sujeito. Tal dinâmica tensiona profundamente categorias centrais da tradição filosófica moderna, como

autonomia, responsabilidade e liberdade da vontade, ao deslocar a agência humana para sistemas técnicos opacos e autoaprendentes.

Essas transformações incidem de modo particularmente sensível sobre o campo educacional, que passa a ser atravessado por métricas, modelos preditivos e racionalidades performáticas orientadas à eficiência, à padronização e à mensurabilidade. No ensino de filosofia, esse cenário impõe desafios específicos, pois ameaça reduzir o pensamento crítico a competências instrumentais ou a meros exercícios de reprodução cognitiva. Diante disso, este trabalho defende a necessidade de uma abordagem que questione os saberes digitocráticos (Ballesteros, 2020) e as manipulações hegemônicas inscritas nas tecnologias algorítmicas, abrindo espaço para práticas pedagógicas orientadas pelo letramento crítico e pela problematização dos regimes de verdade que sustentam a racionalidade técnica contemporânea. Tanto quanto bons historiadores da filosofia reclama-se, aqui, professores preparados para o um diálogo fértil e propositivo com o mundo presente e suas vicissitudes.

Nesse contexto, a filosofia de Nietzsche oferece um contraponto decisivo. Ao investigar a “psicologia da moral” e os processos de formação dos valores (KGW IX, 5, 173), Nietzsche evidencia como sistemas normativos e morais moldam corpos, afetos e subjetividades, frequentemente de modo inconsciente. Sua noção de ruminação, entendida como um modo de pensar lento, interpretativo e não utilitarista, apresenta-se, assim, como uma estratégia de resistência ao pensamento automatizado e à aceleração cognitiva promovida pelas tecnologias digitais. A filosofia, nesse sentido, reafirma-se como espaço privilegiado de suspensão, crítica e criação de sentidos, em oposição à lógica maquínica da resposta imediata.

Trata-se, pois, de compreender de que modo o ensino de filosofia pode resistir à intensificação da lógica performativa promovida pela IA e pelas pedagogias técnicas, recuperando o sentido nietzschiano de ruminar como prática formativa. Parte-se da hipótese de que, articulada à crítica foucaultiana da governamentalidade, a ruminação filosófica pode constituir um espaço ético-político de resistência, capaz de formar sujeitos críticos diante dos dispositivos algorítmicos que atravessam o cotidiano. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa de caráter crítico que, conforme Denzin e Lincoln (apud Martínez, 2012), situa o pesquisador no mundo por meio de práticas interpretativas comprometidas com a problematização das relações entre saber, poder e subjetividade. Nesse enquadramento, analisa-se a IA a partir da perspectiva foucaultiana e propõe-se, com Nietzsche, uma estratégia filosófico-didática orientada à resistência e à formação da autonomia do pensamento.

E se como já dissemos, para avançar nessa discussão, torna-se necessário aprofundar os fundamentos conceituais e críticos que permitem apreender a complexidade da inteligência artificial no campo educacional, é preciso compreendê-la enquanto conjunto de ferramentas técnicas e ainda fenômeno sociotécnico atravessado por racionalidades políticas, econômicas e epistemológicas. A IA, especialmente em sua vertente generativa, reconfigura os modos de produção, circulação e legitimação dos saberes, interferindo diretamente nas formas de aprender, ensinar, avaliar e atribuir valor ao conhecimento. Tal reconfiguração exige uma análise que ultrapasse abordagens instrumentalistas ou tecnopedagógicas, convocando um exame filosófico atento às implicações ontológicas, éticas e políticas dessas tecnologias.

Desse modo, o diálogo entre filosofia, tecnologia e práticas formativas revela-se imprescindível para compreender como os sistemas algorítmicos não operam como mediadores neutros; são dispositivos que incorporam valores, pressupostos normativos e critérios de verdade. As inteligências artificiais generativas, ao produzirem textos, imagens e decisões a partir de correlações estatísticas, tensionam concepções clássicas de autoria, criatividade, responsabilidade epistêmica e formação do juízo crítico. Ao mesmo tempo, contribuem para a naturalização de saberes automatizados, cuja legitimidade tende a se apoiar na eficiência técnica e na aparência de objetividade, obscurecendo os processos de poder e exclusão que os sustentam.

Nesse contexto a Filosofia assume um papel decisivo: oferecer categorias analíticas capazes de desvelar os pressupostos axiológicos e epistemológicos inscritos nas tecnologias emergentes. Longe de se limitar à avaliação normativa posterior dos usos da IA, a reflexão filosófica permite problematizar as condições de possibilidade desses sistemas, seus regimes de verdade e seus efeitos na constituição das subjetividades. Esse “papel” (decisivo) tal como indicado acima deveria servir de baliza ou parâmetro para se avaliar como boa ou má a prática de ensinar filosofia. Enfim, ao articular ontologia, ética e política, a Filosofia contribuirá para tensionar a racionalidade técnica dominante, indicando limites, riscos e possibilidades de resistência aos avanços técnicos.

As provocações nietzschianas acerca da ruminação tornam-se, nesse quadro, particularmente fecundas. Ao reivindicar um modo de pensar lento, interpretativo e criador de sentidos, Nietzsche oferece uma crítica radical às formas de pensamento reativo, utilitaristas e automatizadas. A ruminação, entendida como exercício formativo, contrapõe-se à aceleração cognitiva e à lógica produtivista que permeiam o uso educacional das IAs afirmando a necessidade de tempos e espaços de reflexão capazes de sustentar a formação da autonomia intelectual. Esses referenciais, portanto, orientam a análise teórica aqui proposta, e, sobretudo, fundamentam uma reflexão mais ampla sobre o papel da educação diante das transformações tecnoculturais contemporâneas. Isto é, reafirma-a como espaço de crítica, criação e formação ética em meio à expansão da racionalidade algorítmica.

Ademais, não se pode impunemente distinguir entre “Educação e educação filosófica”, ou seja, deve-se resguardar o papel central do ensino de filosofia, perante os atuais desafios.

Nesse contexto de intensificação dos dispositivos algorítmicos e de consolidação de uma racionalidade neoliberal orientada pela eficiência, pela previsão e pela otimização dos comportamentos, as provocações nietzschianas acerca da ruminação adquirem especial densidade crítica. Ao reivindicar um modo de pensar lento, interpretativo e criador de sentidos, Nietzsche oferece uma chave filosófica capaz de tensionar as formas de pensamento reativo, utilitaristas e automatizadas que caracterizam o ambiente tecnocultural contemporâneo. A ruminação, compreendida como exercício formativo, opõe-se frontalmente à aceleração cognitiva e à lógica produtivista que atravessam o uso educacional das inteligências artificiais, afirmando a necessidade de tempos e espaços de reflexão que sustentem a autonomia intelectual. Assim, ao articular a crítica nietzschiana à análise dos regimes de poder e saber mediados por algoritmos, torna-se possível aprofundar a compreensão das estruturas que governam a vida social no neoliberalismo digital, o que conduz diretamente ao exame da governamentalidade algorítmica e de sua inserção no interior das racionalidades neoliberais.

4.1 Governamentalidade Algorítmica e Racionalidade Neoliberal

A expansão das tecnologias digitais, em especial da inteligência artificial (IA) e dos sistemas algorítmicos, inaugura um novo regime de regulação da vida social, política e psíquica, marcado pela crescente mediação técnica das condutas humanas. Tal fenômeno pode ser compreendido de modo rigoroso a partir da noção foucaultiana de governamentalidade, definida como o conjunto de instituições, procedimentos, análises, cálculos e estratégias que tornam possível o exercício de uma forma específica de poder orientada à condução das condutas individuais e coletivas (Foucault, 2008).

Conforme o autor: “Por governamentalidade entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população” (Foucault, 2008, p. 143).

No contexto contemporâneo, essa formatação de poder não se limita a dispositivos jurídicos ou disciplinares, mas se materializa em complexas infraestruturas digitais: plataformas, bancos de dados, sistemas de recomendação e modelos preditivos, que operam de forma contínua e capilarizada sobre os comportamentos e os processos de subjetivação, engendrando novas formas

de verdade em face da população e suas decisões e modos de ver, experienciar, e atuar diante da vida.

Conforme destaca Foucault (2014, p. 135), o poder não deve ser compreendido apenas como instância repressiva, mas como força produtiva que engendra saberes, normatividades e “rituais de verdade”. Assim, é que, sob essa perspectiva, a digitalização massiva da vida social não se reduz à ampliação de mecanismos de vigilância, mas implica a constituição de sistemas sofisticados de produção de conhecimentos sobre os sujeitos, capazes de elaborar perfis comportamentais, antecipar tendências e orientar tanto políticas públicas quanto decisões privadas. Trata-se de uma mutação nos modos de exercício do poder, em que a verdade deixa de ser produzida prioritariamente por instâncias discursivas e institucionais tradicionais e passa a ser gerada por correlações estatísticas e inferências algorítmicas.

Imprescindível rememorar mais uma lição de Foucault

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (Foucault, 2014, p. 30).

É nesse cenário que Rouvroy e Berns (2010) identificam a emergência da chamada governamentalidade algorítmica, caracterizada pela antecipação estatística de padrões de comportamento e pela gestão preemptiva das condutas. Diferentemente das formas clássicas de governo, esse modelo opera sem recorrer diretamente à norma ou à lei, intervindo sobre o real a partir da previsão probabilística e da modulação contínua dos ambientes de ação. Conforme os autores

Finalmente, com base nessa observação, mostramos como as próprias relações são transformadas, na medida em que são paradoxalmente substantivadas e representam uma extração do devir e, portanto, um obstáculo ao processo de individuação – em vez de estarem fortemente inseridas nesse

processo. O devir e os processos de individuação são uma questão de “disparidade”, ou seja, os processos de integração de disparidades ou diferenças em um sistema coordenado. No entanto, mais fundamentalmente ainda, são uma questão de “disparidade”: uma heterogeneidade de ordens de magnitude e uma multiplicidade de regimes de existência constantemente sufocados pela governamentalidade algorítmica por meio do fechamento da realidade (digital) sobre si mesma. (Rouvroy e Berns, 2010, p. 3, tradução livre nossa)

Assim, o sujeito, nesse regime, tende a ser apreendido menos como agente reflexivo e mais como feixe de dados passíveis de cálculo, o que desloca profundamente as bases da autonomia e da responsabilidade individual.

No interior do neoliberalismo digital, tal como analisado por Zuboff (2019), esses processos são integrados a um modelo econômico fundado na extração, no processamento e na monetização de dados pessoais. A experiência humana, convertida em matéria-prima informacional, passa a alimentar sistemas destinados a prever e influenciar comportamentos futuros. Para Zuboff (2019), tal regime antecipa-se em moldar o sujeito, instaurando uma nova lógica de dominação que tensiona categorias centrais da filosofia moderna, como subjetividade, liberdade da vontade e autodeterminação. Conforme a autora:

O capitalismo de vigilância reivindica unilateralmente a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais. Embora alguns desses dados sejam aplicados à melhoria de produtos ou serviços, o restante é declarado como excedente comportamental proprietário, inserido em processos avançados de fabricação conhecidos como “inteligência artificial” e transformado em produtos de previsão que antecipam o que você fará agora, em breve e mais tarde. Finalmente, esses produtos de previsão são negociados em um novo tipo de mercado para previsões comportamentais que chamo de mercados futuros comportamentais. Os capitalistas de vigilância enriqueceram imensamente com essas operações de negociação, pois muitas empresas estão ansiosas para apostar em nosso comportamento futuro (Zuboff, 2019, p. 14, tradução livre nossa).

Diante dessa reconfiguração profunda das formas de governo e de produção de saberes, torna-se incontornável deslocar a análise do plano macro das racionalidades algorítmicas para o campo concreto das práticas educativas, onde tais racionalidades se materializam e produzem efeitos formativos. A educação, progressivamente atravessada por métricas, algoritmos e modelos preditivos que orientam avaliações, currículos e práticas pedagógicas, converte-se em espaço privilegiado de disputa entre a lógica da performatividade técnica e a formação crítica do pensamento. É nesse ponto que o ensino de Filosofia assume um papel estratégico, ao constituir-se

como instância capaz de interrogar os regimes de verdade algorítmicos e de tensionar a racionalidade neoliberal que permeia as tecnologias digitais. Para aprofundar essa inflexão analítica, faz-se necessário examinar de que modo a Filosofia se articula ao campo educacional em um cenário marcado pela emergência das novas tecnologias, o que conduz diretamente à discussão proposta no tópico seguinte.

4.2 O ensino de filosofia: desafios frente às novas Tecnologias

Mesmo antes da expansão vertiginosa das inteligências artificiais, o ensino de Filosofia na educação básica já se encontrava em posição estruturalmente frágil, submetido a recorrentes processos de marginalização curricular. Como apontam Rodrigues e Gelamo (2021), os movimentos históricos de retirada e posterior reinserção da disciplina evidenciam sua vulnerabilidade diante de racionalidades educacionais orientadas por critérios de utilidade imediata, desempenho mensurável e adequação às demandas do mercado. Tais racionalidades tecnocráticas tendem a privilegiar competências operacionais, habilidades instrumentais e resultados quantificáveis, em detrimento de uma formação crítica, reflexiva e ética, própria do exercício filosófico.

Com a difusão acelerada das inteligências artificiais generativas (IAGs), esse tensionamento se intensifica de modo significativo. Essas tecnologias, ao introduzirem novas ferramentas no ambiente escolar, reconfiguram os modos de produção do conhecimento, de criação de conteúdos e de tomada de decisão. Conforme observa Lima (2025), as IAGs alteram as condições culturais, cognitivas e sociais do aprender ao dissolver fronteiras tradicionalmente estabelecidas entre humano e maquínico, autoria e automatismo, compreensão e reprodução. Nesse cenário, práticas educativas correm o risco de reduzir-se à gestão eficiente de informações e à validação de respostas produzidas por sistemas algorítmicos, deslocando o foco da formação do pensamento para a otimização de processos.

É justamente nesse contexto híbrido, no qual dados massivos, modelos computacionais e sistemas decisórios automatizados se articulam de maneira cada vez mais opaca, que a Filosofia preserva e reforça sua relevância central. Seu repertório conceitual, ontológico, axiológico, político e estético (LIMA, 2025) oferece instrumentos teóricos indispensáveis para analisar criticamente as implicações éticas, epistêmicas e políticas das tecnologias emergentes. Conforme Lima (2025, p.14) justamente “neste cenário, a filosofia é profícua, uma vez que ao fazer uso do legado conceitual estético e da capacidade crítica e analítica que construiu nos instrui a saber como usar essas ferramentas para gerar da maneira mais adequada e criativa recursos (...)”.

Desta forma, mais do que reagir aos efeitos da IA, a Filosofia possibilita interrogar suas condições de possibilidade, seus regimes de verdade e os valores que orientam seu desenvolvimento e

aplicação. Assim, longe de se limitar a interpretar a IA, o ensino filosófico contribui para situar o humano diante das transformações tecnológicas, preservando a autonomia do pensamento frente ao crescente poder dos sistemas algorítmicos.

Nessa direção, ao aprofundar a crítica às racionalidades que sustentam o avanço das inteligências artificiais, torna-se necessário deslocar a reflexão para os modos concretos de pensar e formar sujeitos capazes de resistir aos automatismos cognitivos produzidos por tais tecnologias. Se a Filosofia permite interrogar os fundamentos éticos, epistêmicos e políticos da IA, impõe-se, então, a questão acerca de **como** pensar em meio a um ambiente tecnocultural marcado pela aceleração, pela previsibilidade e pela lógica da eficiência. É precisamente nesse ponto que a reflexão filosófica encontra, em Nietzsche, um aporte decisivo: a noção de ruminação, assim, oferece conceitos e metodologias resistentes ao pensamento maquínico, capazes de reinstaurar a lentidão, a interpretação e a criação de sentidos como práticas formativas centrais. Nesse sentido, ensinar filosofia será um modo de resistir e, ao mesmo tempo, uma ferramenta de transformação.

4.3 Ruminação Nietzscheana: Metodologia de Resistência ao Pensamento Maquínico

É nesse ponto que a filosofia de Nietzsche se revela particularmente fecunda para pensar a educação em tempos de inteligência artificial. Conforme argumenta Hardt (2013), o ato de ruminar, central na metodologia nietzscheana, designa um modo de pensar que exige tempo, lentidão, maturação e profundidade. Ruminar não significa acumular informações ou produzir respostas imediatas, mas permitir que ideias, experiências e afetos se depositem e se transformem, criando condições para interpretações singulares, não totalizantes e não submetidas a esquemas pré-fabricados.

O filósofo virá vindicar no Prólogo da obra *Genealogia da Moral*:

É certo que, a praticar desse modo a leitura como arte, faz-se preciso algo que precisamente em nossos dias está bem esquecido - e que exigirá tempo, até que minhas obras sejam "legíveis" -, para o qual é imprescindível ser quase uma vaca, e não um "homem moderno": o ruminar (NIETZSCHE, 2017, Prólogo).

Em contraste, o ritmo acelerado da cultura digital, intensificado pela presença ubíqua da IA, favorece respostas rápidas, soluções automáticas e fluxos contínuos de informação, nos quais o pensamento tende a ser substituído pela eficiência da correlação algorítmica. Nesse cenário, a ruminação configura-se como um gesto de resistência filosófica: uma recusa ativa ao automatismo cognitivo e à lógica da produtividade permanente. Trata-se de reivindicar tempos e espaços de reflexão que escapem à racionalidade performática dominante, restituindo ao pensamento sua dimensão crítica, interpretativa e criadora.

No âmbito educacional, promover a ruminação implica estimular práticas formativas que valorizem a leitura atenta, a interpretação lenta e rigorosa, a argumentação fundamentada e a formação de juízos próprios. Significa, ainda, favorecer a invenção de perspectivas singulares e o questionamento dos padrões e decisões produzidos por algoritmos (Hardt, 2013; Lima, 2025). Essas práticas não se opõem ao uso das tecnologias, mas superam a mera reprodução de respostas que a IA é capaz de fornecer com eficiência, restaurando a dimensão propriamente filosófica do pensar e do aprender.

A partir dessa compreensão da ruminação como prática formativa, torna-se possível avançar da dimensão metodológica para suas implicações propriamente pedagógicas e ético-políticas. Se ruminar significa instaurar tempos de reflexão capazes de suspender o automatismo cognitivo, impõe-se investigar de que modo tais práticas podem ser efetivamente incorporadas ao cotidiano escolar, reconfigurando o ensino de filosofia diante da presença crescente das tecnologias algorítmicas. Nesse deslocamento, do método ao espaço formativo, o ensino de filosofia se impõe como transmissão de conteúdo, sim, mas, sobretudo, como exercício de liberdade, crítica e formação ética. Assim, a reflexão conduz diretamente ao reexame do papel da filosofia na educação como um todo. Obviamente, a criticidade não se reduz à Filosofia, contudo, bem orientado, o ensino de Filosofia passa a ser uma instância privilegiada de resistência à racionalidade algorítmica e de constituição de sujeitos autônomos.

4.4 O Ensino de Filosofia como Espaço de Resistência e Formação Ética

À luz das análises anteriores, o ensino de Filosofia configura-se como um espaço privilegiado de resistência à racionalidade algorítmica que atravessa a educação contemporânea. Ao articular a crítica foucaultiana da governamentalidade com a metodologia nietzschiana da ruminação, torna-se possível recuperar a autonomia do pensamento em um cenário tecnocultural marcado por automatismos, previsões estatísticas e processos decisórios opacos.

Para Lima (2025, p. 17) “o ponto mais importante, cuja vocação da filosofia pode ser mais útil que qualquer outra área do conhecimento, é o de refletir, analisar, criticar e indicar setas de cuidado e responsabilidade quanto ao uso das IAs e as IAGs”. Parte-se, assim, da hipótese de que a Filosofia, quando orientada pela ruminação, pode mitigar os efeitos do pensamento maquínico no contexto escolar, formando sujeitos críticos capazes de tensionar as verdades produzidas por sistemas algorítmicos e de reconhecer os limites da racionalidade técnica. Mais do que uma disciplina curricular, a Filosofia afirma-se como prática de liberdade, na medida em que possibilita a alunos e professores habitar o mundo digital de modo consciente, reflexivo e ético, reconhecendo simultaneamente os riscos, as potências e as ambivalências das tecnologias emergentes. Nesse

sentido, o ensino filosófico contribui para a formação de sujeitos capazes de resistir à naturalização da lógica algorítmica e de sustentar formas de vida orientadas pela crítica, pela criação de sentidos e pela responsabilidade ética.

À luz dessa hipótese e das articulações teóricas apresentadas, impõe-se a necessidade de explicitar o percurso metodológico capaz de sustentar, no plano da pesquisa, a análise crítica aqui desenvolvida. Se a Filosofia, orientada pela ruminação, se configura como prática de liberdade e resistência aos automatismos algorítmicos, torna-se fundamental indicar como tal perspectiva é mobilizada metodologicamente, tanto na seleção dos referenciais teóricos quanto nos procedimentos de análise. Assim, a metodologia não se apresenta como um mero protocolo técnico, mas como escolha epistemológica e ética, coerente com a crítica à racionalidade instrumental e com a defesa de um modo de investigação interpretativo, reflexivo e situado. Delineia-se, então, a abordagem metodológica adotada neste estudo, voltada a compreender a inteligência artificial e seus impactos educacionais a partir de uma leitura filosófica crítica e comprometida com a formação da autonomia do pensamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas análises evidenciam que a inteligência artificial, longe de constituir um mero avanço técnico a ser incorporado instrumentalmente aos processos educativos, opera como um dispositivo central de reorganização das racionalidades pedagógicas, dos regimes de verdade e das formas de subjetivação contemporâneas. A governamentalidade algorítmica, tal como concebida por Rouvroy e Berns (2010) e situada no horizonte foucaultiano do poder como produção de realidades (Foucault, 2008; 2014), instaura um modelo de gestão da vida escolar orientado pela antecipação, pela mensuração e pela eficiência, deslocando progressivamente o sentido formativo da educação para uma lógica performativa e produtivista.

Nesse contexto, a incorporação das inteligências artificiais generativas ao cotidiano educacional intensifica a tendência à automatização do pensamento, ao privilegiar respostas rápidas, padronizadas e estatisticamente plausíveis em detrimento da interpretação crítica e da elaboração conceitual. Tal movimento reforça o risco de uma redução da aprendizagem à validação de resultados tecnicamente eficientes, obscurecendo os processos reflexivos que constituem a formação intelectual e ética dos sujeitos. Como mostramos, essa dinâmica tensiona diretamente noções filosóficas fundamentais, como autonomia, responsabilidade e liberdade da vontade, pois, desloca o centro da decisão e do juízo para sistemas técnicos opacos e não deliberativos, intensificando ainda mais a dependência em relação à máquina.

Nesse cenário o ensino de Filosofia emerge como espaço estratégico de resistência e também com grande potencial transformador. A articulação entre a crítica foucaultiana da governamentalidade e a proposta nietzschiana da ruminação permite compreender a prática filosófica como gesto ético-político que interrompe o fluxo contínuo do pensamento automatizado. A ruminação, entendida como metodologia formativa, não se opõe à tecnologia em si, mas à naturalização de seus modos de operar como únicos critérios de verdade e valor. Ao insistir na lentidão, na interpretação e na criação de sentidos, o ensino filosófico reintroduz a possibilidade do dissenso, da dúvida e da problematização, elementos fundamentais para a formação de sujeitos críticos em ambientes tecnoculturais altamente regulados.

Indicamos também que a resistência à racionalidade algorítmica não deve ser concebida como retorno nostálgico a formas pré-digitais de educação. Trata-se de habitar criticamente o mundo digital, reconhecendo tanto as potências quanto os riscos das tecnologias emergentes. Nossa abordagem reforça a necessidade de questionar os pressupostos epistemológicos e axiológicos inscritos nas tecnologias algorítmicas, frequentemente produzidas a partir de lógicas hegemônicas que invisibilizam saberes outros e experiências situadas. O ensino de Filosofia, ao promover o letramento crítico e a reflexão sobre os regimes de verdade tecnológicos, contribui para desnaturalizar essas hierarquias e ampliar os horizontes interpretativos no espaço escolar.

Diante do percurso desenvolvido, vislumbra-se que a Filosofia, articulada à ruminação nietzschiana e à crítica foucaultiana da governamentalidade, não se limita a uma postura reativa frente aos efeitos do pensamento maquínico, mas afirma-se como potência reconstrutiva do próprio sentido formativo da educação. As reflexões apresentadas indicam que o ensino filosófico ocupa um lugar estratégico na constituição de práticas educativas orientadas pela autonomia e pela crítica, capazes de enfrentar a naturalização das racionalidades algorítmicas. Sustentamos, portanto, que a educação, enquanto prática de liberdade, em hipótese alguma, poderia prescindir, da Filosofia para formar sujeitos que operem tecnologias, com desenvoltura e saibam também interrogá-las, compreendê-las e tensionar seus limites éticos, políticos e existenciais.

Diante da expansão acelerada das IAs, mormente as generativas, a educação contemporânea não pode restringir-se à adoção instrumental de ferramentas tecnológicas nem à adaptação acrítica às dinâmicas de inovação e eficiência que caracterizam o neoliberalismo digital. Está em jogo, além da atualização de métodos ou conteúdos, a própria forma como o sujeito é constituído em um ambiente sociotécnico marcado pela antecipação algorítmica, pela automatização do juízo e pela performatividade permanente. A Filosofia, com sua longa tradição ontológica, ética e política, revela-se indispensável para compreender e problematizar os novos regimes de verdade. Ante a racionalidade algorítmica, o bom ensino da Filosofia oferece critérios rigorosos para avaliar riscos,

limites e possibilidades, bem como os impactos sobre a autonomia, a subjetividade e a liberdade da vontade.

Ao longo deste trabalho, a opção por uma metodologia qualitativa de caráter crítico-interpretativo mostrou-se coerente com a complexidade do objeto analisado. Ao articular a noção foucaultiana de governamentalidade com a crítica da governamentalidade algorítmica e com a filosofia nietzschiana da ruminação, a pesquisa assumiu que a inteligência artificial deve ser compreendida como fenômeno histórico, político e discursivo, e não como realidade neutra ou meramente técnica. Tal abordagem metodológica permitiu, primeiramente, descrever os efeitos da IA no campo educacional, e em seguida, desvelar racionalidades que orientam sua incorporação e os modos de subjetivação que ela produz. Porquanto a própria metodologia adotada já se pretende como resistência epistemológica, ao recusar explicações simplificadoras e ao reivindicar a interpretação crítica como prática investigativa.

Nesse percurso, o gesto nietzschiano da ruminação emergiu como eixo teórico e metodológico conclusivo. Pensar devagar, maturar experiências e sustentar a complexidade tornam-se não apenas exigências pedagógicas, mas atitudes epistemológicas fundamentais diante da aceleração cognitiva e do automatismo promovidos pelas tecnologias algorítmicas. A ruminação, compreendida como metodologia formativa e investigativa, contrapõe-se à lógica da resposta imediata e da produtividade mensurável, reafirmando o valor da interpretação, da criação de sentidos e da formação de juízos próprios.

Longe de propor uma rejeição das tecnologias digitais, este trabalho sustenta que a educação pode, e deve, acolher a inteligência artificial de modo crítico e consciente, sem renunciar à reflexão filosófica e à formação ética. Ao afirmar o ensino de Filosofia como prática de liberdade, evidencia-se sua capacidade de formar sujeitos que não apenas utilizem tecnologias, mas que sejam capazes de interrogá-las, compreendê-las e estabelecer limites ao seu poder. Conclui-se, portanto, que o ensino de Filosofia permanece não apenas atual, mas estruturalmente essencial para que as novas gerações possam habitar o mundo digital de forma consciente, crítica e ética, iluminando caminhos possíveis diante dos desafios, ambivalências e disputas que atravessam a era da inteligência artificial.

Em síntese, as inteligências artificiais, sobretudo das IAGs, evidenciam que a educação não pode restringir-se à adoção de ferramentas tecnológicas, mas deve formar sujeitos capazes de compreender criticamente o ambiente sociotécnico que os constitui.

Nesse percurso, o gesto nietzschiano da ruminação emerge como convite a pensar devagar, maturar experiências e produzir singularidades em meio ao fluxo automatizante do digital. Longe de

sucumbir à lógica da eficiência maquínica, a educação assumindo seu caráter inevitavelmente filosófico, pode reafirmar-se como espaço de criação e autonomia, capaz de acolher a tecnologia sem renunciar à reflexão crítica. Portanto, exige-se um ensino de filosofia de qualidade para que as novas gerações habitem o mundo digital de forma consciente e ética, iluminando caminhos possíveis diante dos desafios impostos pela inteligência artificial (Lima, 2025).

Assim, repensar a inteligência artificial através da filosofia a partir de uma perspectiva decolonial revela-se um gesto político e epistemológico urgente. Este estudo demonstrou que os sistemas algorítmicos operam como extensões contemporâneas da colonialidade do poder, impondo racionalidades únicas e subjetividades neoliberais através do que se pode denominar governamentalidade algorítmica. Por outro lado, nossa análise também evidenciou que a filosofia como ato de ruminação se posiciona nas fileiras das epistemologias insurgentes. Juntas, podem que desestabilizar a lógica colonial configurando-se como resistência pluriversal. Neste contexto mais amplo a educação decolonial emerge como prática transformadora que ressignifica a tecnologia. Enquanto os algoritmos operam pela previsibilidade e cálculo, a filosofia decolonial afirma a indeterminação como condição da vida; onde a IA impõe padrões, o pluriverso multiplica possibilidades. Esta tensão produtiva abre caminho para pedagogias tecnológicas híbridas, onde ancestralidade e digitalidade se encontram sem hierarquias, criando espaços para que o digital seja apropriado sem ser colonizado. O conceito de justiça cognitiva mostra-se fundamental neste processo, exigindo o reconhecimento da validade epistêmica dos saberes territoriais. Assim, conclui-se que a descolonização da inteligência artificial não representa simples crítica ao colonialismo de dados, mas a abertura de possibilidades concretas de reexistência e que a filosofia é deveras a ferramenta mais sofisticada para transpor esse paradigma.

Nesse horizonte problemático, em que a inteligência artificial e a governamentalidade algorítmica tendem a capturar o processo educativo sob regimes de previsibilidade, eficiência e padronização cognitiva, torna-se necessário repensar o ensino de Filosofia como disciplina curricular e como prática de resistência epistemológica e política. A partir do gesto nietzschiano da ruminação, compreendida como exercício de lentidão, interpretação e criação de sentido, o pensamento filosófico interrompe a lógica acelerada e automatizante que sustenta o funcionamento dos dispositivos algorítmicos. Tal interrupção não se limita a uma crítica interna à técnica, mas articula-se a uma perspectiva decolonial ao questionar os pressupostos universais, neutros e hegemônicos inscritos nos regimes de verdade tecnológicos. Ao ruminar, o sujeito pode pensar contra a automatização enquanto reinscreve o pensamento em temporalidades outras, abrindo espaço para epistemologias situadas, saberes plurais e formas de existência que escapam à colonialidade do cálculo. Nesse sentido, o ensino de Filosofia conjuga ruminação e descolonização e afirma-se como

prática formativa capaz de produzir fissuras na racionalidade algorítmica, reinscrevendo a educação como espaço de criação, dissenso e justiça cognitiva.

REFERÊNCIAS (ABNT)

ALVEAR, Carolina; MOURA, Érica; HENRIQUES, Pedro; GÓES, Miguel; ALMEIDA, Antônio; LIMA, Ricardo. *TICDEMOS e Armazém do Campo RJ: construindo tecnologias livres para comercialização agroecológica*. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 2, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8664>. Acesso em: 7 out. 2025.

BALLESTEROS, Alfonso. *Digitocracy: Ruling and being ruled*. **Philosophies**, v. 5, n. 2, p. 9, 2020.

BARROS, Igor Corrêa de. *A emergência da população como problema político: o conceito de governamentalidade em Michel Foucault*. **Existência e Arte – Revista Eletrônica do Grupo PET – Ciências Humanas**, ano XI, n. XI, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CHEN, Bodong. *Beyond tools: Generative AI as epistemic infrastructure in education*. **arXiv preprint**, arXiv:2504.06928, 2025.

COULDRY, Nick; MEJÍAS, Ulises A. *O custo da conexão: colonialismo de dados*. São Paulo: Elefante, 2022.

DA SILVA MEDEIROS, Jackson. *Dispositivos de subjetividades: algoritmos nas redes de poder e informação*. **Texto Digital**, v. 16, n. 1, p. 105–123, 2020.

DENNETT, Daniel C. *Freedom evolves*. New York: Viking, 2003.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE OLIVEIRA FORNASIER, Mateus; BRUN, Marco Antonio Compassi. *A colonialidade das novas tecnologias: uma proposta de giro decolonial na era da inteligência artificial*. **Revista Quaestio Iuris**, v. 17, n. 3, p. 380–403, 2024.

DOS SANTOS, Antônio Nacílio Sousa et al. *Educação decolonial: saberes insurgentes do Sul Global*. **ARACÊ**, v. 7, n. 5, p. 23308–23349, 2025.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Manuel; FERREIRA, Pedro P.; GONÇALVES, Rafael. *Padrões depressivos: fenotipagem digital e subjetivação neoliberal*. **Caderno CRH**, v. 37, p. e024041, 2024.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. *A dívida impagável*. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2019.
- FONSECA, Suellen Souza; MOREIRA, Maria Aparecida Rita. *Saberes ancestrais e educação*. In: **Resistir, (re)existir e (re)inventar a educação científica e tecnológica**, p. 314–333, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FRALEY, C.; RAFTERY, A. E. Model-Based Clustering, Discriminant Analysis, and Density Estimation. *Journal of the American Statistical Association*, v. 97, n. 458, p. 611–631, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 2011.
- GIMOVSKI, Fabio; DE OLIVEIRA, Cintia Mara Ribas. *Ancestralidade quilombola*. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 19, n. 56, p. 406–425, 2024.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GRUPO NOVA LONDRES. *Uma pedagogia dos multiletramentos*. **Revista Linguagem em Foco**, v. 13, n. 2, p. 101–145, 2021.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica*. Belo Horizonte: Âyiné, 2015.
- HARDT, Lúcia Schneider. *A educação em Nietzsche e o enfrentamento das totalidades*. **Educação**, Porto Alegre, p. 344–351, 2013.
- HETKOWSKI, Tânia Maria; DE CARVALHO SANTOS, Tarsis. *Tecnologia e práticas decoloniais*. **Revista Olhares**, v. 1, n. 12, p. 7–20, 2022.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Rádio Nacional dos Povos leva comunicação indígena e quilombola à COP30*. 2025.
- JUBANSKI, Nátaly; DIEDRICHS, Emily de Siqueira. *Descolonização epistemológica*. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 23, n. 265, 2024.

- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LIBET, Benjamin. *Mind time*. Harvard University Press, 2004.
- LIMA, Cleidson de Oliveira. *Inteligências artificiais generativas e o ensino de Filosofia*. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 9, 2025.
- MARTÍNEZ, LFP. *A pesquisa qualitativa crítica*. In: **Questões sociocientíficas na prática docente**. São Paulo: UNESP, 2012.
- MENESES, Maria Paula. *Justiça cognitiva*. In: **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RODRIGUES, Augusto; GELAMO, Rodrigo Pelloso. *Ensino de filosofia*. **Educação e Filosofia**, v. 35, n. 74, 2021.
- ROUVROY, Antoinette; BERNIS, Thomas. *Governing by algorithms*. 2010.
- TELES, Edson. *Governamentalidade algorítmica*. **Kriterion**, v. 59, n. 140, 2018.
- VANÇAN, Alianna Caroline Sousa Cardoso. *O livre-arbítrio no Direito Penal*. Tese (Doutorado). UFPEL, 2022.
- ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism*. New York: PublicAffairs, 2019.

Autores:

Alianna Cardoso Vançan

Doutora e Mestra em Filosofia, Mestra em Direito, Bacharel em Direito, Licenciada em Filosofia

E-mail: cardosovancan@gmail.com

Alécio Donizete

Doutor e Mestre em Filosofia, Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso

/UFMT, Coordenador do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO)/UFMT